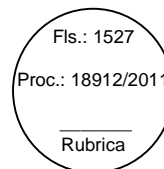




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

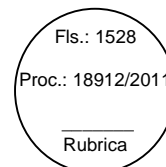


SEGUNDO MONITORAMENTO

Gestão pelo IBRAM das Unidades de Conservação Ambiental – UCs



BRASÍLIA – 2017



Resumo Executivo

Trata-se do segundo monitoramento da Auditoria Operacional realizada no âmbito do Processo nº 18.912/2011, cujo objeto foi a verificação da gestão, pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, no que concerne tanto aos aspectos de implementação dessas áreas, quanto à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

No curso da auditoria, realizada em 2011, foram propostas as seguintes questões: “As Unidades de Conservação - UCs administradas pelo Governo do Distrito Federal se encontram efetivamente implementadas de forma a garantir a integridade dos ecossistemas que deveriam proteger?” e “A gestão das unidades (amostra) está sendo realizada de modo a proteger as espécies e demais recursos existentes?”.

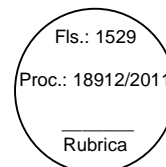
Ao final dos trabalhos, diante dos achados de auditoria constantes do relatório, apresentou-se as seguintes conclusões:

- dos 31 parques criados antes da instituição do SNUC¹, havia 25 sem limite/poligonal definido e 15 sem designação de órgão responsável;
- 12 unidades, criadas após o SNUC, encontravam-se em desconformidade com o art. 2º do Dec. 4340/02 (estudos técnicos, especificação de limite, área e órgão responsável) e diversas UCs foram criadas sem consulta pública;
- das 46 UCs existentes no DF, criadas antes da instituição do SNUC, verificamos a existência de 23 unidades que deveriam ter sido recategorizadas, observando o disposto no art. 40 do Decreto nº 4.340/02;
- à exceção da Estação Ecológica Águas Emendadas, todas as UCs do Distrito Federal carecem de regularização de sua situação fundiária, ocorrendo diversas ocupações particulares em áreas que deveriam ser públicas e devidamente desapropriadas;
- das 23 UCs do grupo de Proteção Integral, administradas pelo Distrito Federal, apenas três têm ato legal de criação de Conselho Consultivo (APA das Bacias dos Córregos Gama e Cabeça do Veado, APA do Lago Paranoá e ARIE do Parque JK), porém todos eles encontram-se inativos;
- das 74 UCs administradas pelo Distrito Federal, somente 22 estão inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação mantido pelo Ministério do Meio Ambiente e ainda de modo incompleto, isto é, sem informações sobre os fatores bióticos e abióticos, infraestrutura disponível, aspectos fundiários e visitação;
- das 74 UCs apenas 14 dispõem de Plano de Manejo, ou seja, 19%, nos termos do estabelecido no art. 27 do SNUC e art. 12 do Decreto 4.340/02;

¹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



- das UCs que não dispõem de Plano de Manejo, só 12, ou seja, 16%, possuem limitação de suas atividades em função de Termos de Referência, Zoneamento e Plano de Uso e Ocupação e 13 UCs (18%) estão com Plano de Manejo em licitação ou elaboração;
- após o advento do SNUC, isto é, no ano de 2000, foram criadas 28 UCs e nenhuma delas possui Plano de Manejo, após 12 anos. Tal fato, confronta o disposto no § 3º do art. 27 da Lei nº 9.985/00, que estabeleceu o prazo de 5 anos para elaboração do referido Plano. Dessas, somente 6 ainda estão dentro do prazo estabelecido em lei para a elaboração de seus respectivos Planos;
- somente na Estação Ecológica Águas Emendadas – ESECAE existe fiscalização permanente de vigilância e de combate a incêndios aceitável;
- as UCs carecem de cercamento e placas indicativas;
- faltam repasses de recursos públicos para uma melhor gestão e manejo de todas as UCs. Entretanto, mesmo os recursos que são disponibilizados não estão sendo aplicados na sua totalidade pelo IBRAM;
- o número reduzido de servidores dificulta o afastamento da equipe técnica para a realização de treinamentos; e
- todas as unidades carecem de estrutura adequada aos visitantes e não contam com manutenção suficiente para a conservação de suas unidades.

Em síntese, identificou-se que o IBRAM não vinha promovendo a adequada gestão das UCs, deixando de atender as suas competências básicas, como o desenvolvimento de ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais nelas presentes; além de prevenção, monitoramento e controle dos desmatamentos, queimadas e incêndios. A fiscalização realizada também era insuficiente, tornando as UCs suscetíveis de invasões ou utilização indevida. O entrave se encontrava na carência de pessoal e de recursos financeiros/orçamentários adequados às reais necessidades.

O que o Tribunal buscou avaliar?

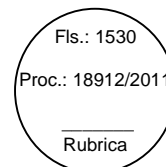
Definiu-se como objetivo geral monitorar o cumprimento das deliberações constantes da Decisão 652/2013, que tratou de adoção de medidas, por diversos órgãos distritais, para equacionar as falhas apontadas em relação à gestão das Unidades de Conservações sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

O que o Tribunal constatou?

Nesta fase, constatou-se que aumentou o quantitativo de UCs com desconformidades quanto à definição formal de área, limite e órgão responsável. Verificou-se que cerca de 44% das UCs (44 de 99) do DF possuem falhas relacionadas à definição



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



formal da área e três parques tiveram sua recategorização já publicada.

Considera-se insatisfatório o número de UCs com conselhos consultivos, bem como a regularização fundiária e a elaboração de Plano de Manejo. Ressente-se, ainda, da inexistência de postos permanentes ou rotina de fiscalização, e falta de um plano de prevenção e combate a incêndio que englobe todas as Unidades de Conservação do DF.

Notou-se que, na amostra fiscalizada, o cercamento havia sido parcialmente implementado. Todavia, ainda existem diversas falhas que propiciam invasões.

Destaca-se, de forma positiva, que, a fim de suprir as dificuldades orçamentárias, o IBRAM vem utilizando os recursos oriundos de compensações ambientais para a elaboração de Planos de Manejos e construção/restauração de imóveis ou equipamentos das Unidades de Conservação.

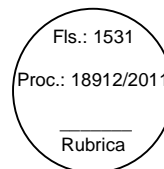
Neste ponto, registra-se a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº Ambiental no 100.000.006/2013, firmado entre a TERRACAP e o IBRAM, destinando os recursos oriundos de compensação ambiental, decorrentes da implantação do Setor Noroeste, para a regularização fundiária das unidades de conservação, demonstram que as entidades vêm caminhando em consenso com a intenção de solucionar a questão.

Todavia, tendo em conta o não cumprimento de diversas determinações, considera-se pertinente que se reitere alguns pontos constantes da Decisão nº 652/2013, bem como novas ações pertinentes à situação identificada.

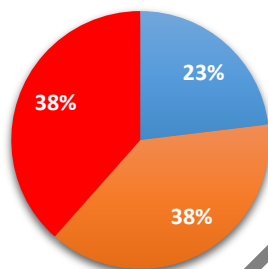
O grau de efetivação das determinações e recomendações constantes da Decisão nº 652/2013 encontra-se resumido na tabela e no gráfico a seguir, excluindo-se o item II.c do *decisum* que, como exposto no presente relatório, consignou-se a perda de seu objeto:

Quadro-resumo do primeiro monitoramento da Decisão nº 652/2013

Situação	Cumprida ou Implementada	Parcialmente Cumprida ou Parcialmente Implementada	Não Cumprida ou Implementada	
Itens da Decisão monitorada	II.a.3, II.b.2 e II.b.3	II.a.2, II.a.4, II.a.6, II.b.1 e III.a.3	II.a.1, II.a.5, III.a.1, III.a.2 e III.b	Total
Quantidade	3	5	5	13
Percentual	23%	38%	38%	100%



**Grau de atendimento das deliberações da
Decisão nº 652/2013**



- Cumprida ou Implementada
- Parcialmente Cumprida ou Parcialmente Implementada
- Não Cumprida ou Implementada

DIGITALIZADO



1. Introdução

1.1 Apresentação

Trata-se de Monitoramento realizado no IBRAM, em atenção ao PGA de 2017, consubstanciado na Decisão Administrativa nº 58/2016², para verificação das deliberações constantes da Decisão nº 652/13 (fls. 655/656).

1.2 Contextualização

2. A fiscalização realizada no âmbito do Processo nº 18.912/2011 teve por objetivo verificar os procedimentos adotados pelo IBRAM quanto a gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, no que concerne tanto aos aspectos de implementação dessas áreas, quanto à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

3. Assim, foram evidenciados 13 (treze) Achados de Auditoria, a saber:

Tabela 1 – Achados de Auditoria: Processo nº 18.912/2011

Achado	Descrição
1	Parques criados antes do SNUC em situação irregular: sem limite/poligonal definido e sem designação de órgão responsável.
2	UCs criadas após o SNUC em desconformidade com o art. 22, § 2º da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Dec. nº 4.340/02, no que se refere à exigência de prévios estudos técnicos e de consulta pública, bem como a especificação de limite, área e órgão responsável.
3	Não recategorização das UCs criadas antes da instituição do SNUC, em afronta ao art. 55 da Lei nº 9.985/00.
4	Ausência de regularidade fundiária das terras referentes às UCs.
5	Ausência de Conselhos Consultivos.
6	UCs não cadastradas no CDUC e informações incompletas das que possuem cadastro.
7	Ausência de Plano de Manejo.
8	UCs criadas após o SNUC, sem Plano de Manejo, quando teriam 5 (cinco) anos para elaborá-lo.
9	Fiscalização precária ou ausente, incluindo brigada de incêndios.
10	Ausência ou insuficiência de cercamento e de placas.
11	Falta de recursos financeiros/orçamentário para manejo e administração das UCs.
12	Deficiência no treinamento da equipe técnica.
13	Estruturas de apoio ao visitante e manutenção insuficientes.

Fonte: Relatório Final de Auditoria (fls. 569/638).

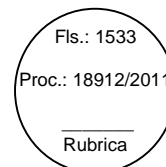
4. O Relatório Final de Auditoria foi apreciado pelo Plenário pela Decisão nº 652/2013 (fls. 655/656). O Tribunal, por meio da Decisão nº 5.002/2016³ (fls. 1096), decidiu acerca da realização de monitoramento para verificar o cumprimento do Plano de Ação elaborado para sanear as questões acima apontadas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

² Aprova o Plano Geral de Ação - PGA do TCDF para o exercício de 2017 (e-DOC B1312210-e)

³ III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para a realização de monitoramento, em momento oportuno, para verificar o cumprimento do Plano de Ação e a efetividade das ações empreendidas para a gestão das Unidades de Conservação Ambiental sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

5. Constituiu objetivo geral do presente monitoramento avaliar o grau de implementação de medidas previstas na Decisão nº 652/2013 com vistas à melhoria da gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal, no que concerne tanto aos aspectos de implementação dessas áreas, quanto à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

1.3.2 Objetivo Específico

6. Responder às seguintes questões:
- As ações implementadas pelo IBRAM e pela TERRACAP permitiram a regularização fundiária das UCs administradas pelo GDF?
 - As ações implementadas pelo IBRAM propiciaram melhoria na gestão e manutenção das UCs?

1.4 Escopo

7. O monitoramento abrangeu o cumprimento das deliberações constantes na Decisão nº 652/2013, itens II e III (fls. 655/656), prolatada em 27/02/2013, avaliando as ações e os resultados alcançados pela jurisdição desde o exercício de 2013.

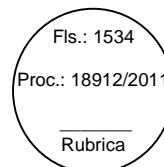
8. O teor das determinações cujo cumprimento foi monitorado encontra-se indicado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Deliberações constantes da Decisão nº 652/2013

Item da Decisão	Deliberações
II.a	Determinar ao IBRAM que:
II.a.1	Defina formalmente a localização, dimensão e limites, além de designação de órgão responsável das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02 (achados 1 e 2).
II.a.2	Regulamente as UCs, objetivando à devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/00 (achado 3).
II.a.3	Firme Termo de Compromisso com a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10 (achado 4).
II.a.4	Crie e ative os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/00 e art. 17 do Decreto nº 4.340/02 (achado 5). - SEMA
II.a.5	Insira as UCs, com todas as informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.985/00 (achado 6).
II.a.6	Elabore Plano de Manejo para todas as UCs, nos termos do estabelecido no art. 27 da Lei nº 9.985/00 e art. 12 do Decreto nº 4.340/02 (achados 7 e 8).
II.b	Determinar à TERRACAP que:
II.b.1	Providencie a transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal (achado 4).
II.b.2	Informe ao IBRAM acerca da situação fundiária de todas as UCs do DF, noticiando a esta Corte as providências adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias (achado 04).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



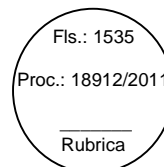
II.b.3	Firme Termo de Compromisso com o IBRAM, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10 (achado 04).
II.c	Determinar à SEPLAN que dê andamento ao Processo nº 195.000.029/08, informando a este Tribunal as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias (Achado 12).
III.a	Recomendar ao IBRAM que:
III.a.1	Nos termos do art. 15 do Decreto nº 4.340/02, promova a colocação de postos permanentes de fiscalização nas principais unidades de conservação, em especial naquelas de proteção integral com maior índice de preservação (achado 9).
III.a.2	A exemplo do JBB, promova parcerias e treinamento de pessoal para prevenção e combate a incêndios (achado 9).
III.a.3	Realize o cercamento e a colocação de placas indicativas nas Unidades de Conservação (achado 10).
III.b	Recomendar à SEPLAN que procure dotar o IBRAM e o JBB dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente daquelas relacionadas à confecção de Plano de Manejo e Manutenção e Implantação das Unidades de Conservação (achado 11).

Fonte: Decisão TCDF nº 652/2013.

9. O item II.a da Decisão nº 652/13 foi monitorado tendo por base o Plano de Ação encaminhado pelo IBRAM (fls. 981/982), à exceção do item II.a.4, avaliado considerando o enviado pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA (fls. 1082-verso).

1.5 Metodologia

10. Como estratégia metodológica, foram aplicados os seguintes procedimentos: pesquisa documental; visita in loco na Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas (SUGAP/IBRAM) e na Secretaria de Meio Ambiente - SEMA; análise da legislação aplicável ao tema; entrevistas e reuniões com servidores; indagação escrita, pela utilização de notas de monitoramento e conferência dos dados obtidos, além de visitação às UCs integrantes da amostra da auditoria realizada.



2. Análise do atendimento das deliberações

2.1 Questão de Monitoramento nº 1 – As ações implementadas pelo IBRAM e pela TERRACAP permitiram a regularização fundiária das UCs administradas pelo GDF?

Não, o monitoramento observou que aumentou o quantitativo de UCs com desconformidades quanto à definição formal de área, limite e órgão responsável. Constatou-se que cerca de 44% das UCs (44 de 99) do DF possuem falhas relacionadas à definição formal da área e três parques tiveram sua recategorização já publicada.

No entanto, a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 100.000.006/2013, firmado entre a TERRACAP e o IBRAM, destinando os recursos oriundos de compensação ambiental, decorrentes da implantação do Setor Noroeste, para a regularização fundiária das unidades de conservação, demonstram que os órgãos vêm caminhando em consenso com a intenção de solucionar a questão.

2.1.1 Decisão nº 652/2013, II.a.1: IBRAM - Defina formalmente a localização, dimensão e limites, além de designação de órgão responsável das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02 (achados 1 e 2).

Situação que levou à proposição da deliberação

11. Da análise dos normativos de criações dos parques existentes no DF, observou-se que, dos 31 parques criados antes da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, havia 25 sem limite/poligonal definidos e 15 sem designação de órgão responsável.

12. Ainda, verificou-se que 12 Unidades, criadas após o SNUC, encontravam-se em desconformidade com o art. 2º do Dec. 4.340/02⁴, na seguinte forma:

⁴ “Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

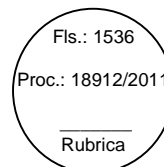


Tabela 2 – UCs sem definição de poligonal, área e/ou órgão responsável

Unidade de Conservação	Desconformidade
ARIE do Bosque	Área
ARIE Cruls	Órgão responsável
Floresta Distrital Pinheiros (Trata-se de um Parque Vivencial)	Área, poligonal e órgão responsável
Parque Ecológico Colégio Agrícola de Brasília	Poligonal
Parque Ecológico Bernardo Sayão - Rasgado	Área e poligonal
Parque Ecológico Cachoeirinha	Área, poligonal e órgão responsável
Parque Ecológico Estância	Área e órgão responsável
Parque Ecológico Viva Sobradinho	Área, poligonal e órgão responsável
Parque Ecológico Cortado	Área, poligonal e órgão responsável
Parque Ecológico Lauro Müller	Poligonal e órgão responsável
Parque Ecológico Luiz Cruls	Poligonal e órgão responsável
Reserva da Biosfera do Cerrado	Área, poligonal e órgão responsável

Fonte: Relatório Final de Auditoria (fls. 569/638).

Providências adotadas e comentários dos gestores

13. O Instituto informou, em seu Plano de Ação (fls. 979/982), que seria criado grupo de trabalho, de caráter permanente, composto por membros do IBRAM, para a implementação do determinado por essa Corte.

14. Durante a execução do Monitoramento, o Instituto assinalou⁵ que foram criados três Grupos de Trabalho – GT (fl. 1162):

- Instrução nº 106/2015: GT, de caráter operacional, para levantamento e sistematização dados espaciais e tabulares das UCs e dos Parques (Parques Urbanos, Parques Vivenciais e Parques de Uso Múltiplo);
- Instrução nº 255/2015: GT para diagnóstico da situação fundiária das UCs inseridas na APA do Lago Paranoá; e
- Instrução nº 324/2015: GT para diagnóstico da situação fundiária das UCs inseridas na ARIE JK.

Análise

15. Inicialmente, destaca-se que, após a execução da Auditoria em 2011, foram criadas três novas Unidades de Conservação, a saber:

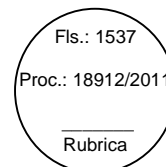
- Parque Sementes do Itapoã⁶;

⁵ Ofício SEI-GDF nº 534/2017 - IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).

⁶ Decreto nº 35.508/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



- b. Parque Distrital Salto do Tororó⁷; e
c. Refúgio de Vida Silvestre da Mata Seca⁸.

16. Além disso, o IBRAM relatou a existência de outras 22 UCs que não haviam sido informadas à ocasião da Auditoria, denotando falhas no controle do patrimônio natural do DF (Ofício IBRAM 534/2017 fls. 1162/1265). Desse modo, existem ao todo 99 UCs (PT 02, fls. 1457/1496).

17. Ressalva-se que o Instituto, em sua manifestação, informou a existência de alguns normativos relacionados às Unidades de Conservação que não foram citados à época da primeira fiscalização em 2011 (Ofício IBRAM 534/2017 fls. 1162/1265). Com base nesses regulamentos, observou-se a inexistência de algumas desconformidades relacionadas às UCs criadas antes da instituição do SNUC, conforme Tabela abaixo.

Tabela 3 – Desconformidades sanadas anteriormente à execução da Auditoria

Unidade de Conservação	Normativo	Desconformidades Sanadas
Parque Olhos d'Água	Lei nº 2.900/2002	Poligonal
Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão	Decreto nº 27.199/2006	Poligonal, Área e órgão responsável
Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	Decreto nº 28.363/2007	Poligonal
Parque Ecológico Bernardo Sayão	Decreto nº 27.550/2006	Poligonal e Área
Parque Ecológico Saburo Onoyama	Decreto nº 26.434/2005	Área

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 534/2017 - IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).

18. De outro modo, foram editados novos normativos após a realização da Auditoria que sanaram outras desconformidades constatadas, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 4 – Desconformidades sanadas após a execução da Auditoria

Unidade de Conservação	Normativo	Desconformidades Sanadas
ARIE do Parque JK	LC nº 885/2014	Poligonal e área
Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte	Decreto nº 36.735/2015	Poligonal
Floresta Distrital dos Pinheiros	Decreto nº 38.371/2017	Órgão Responsável
APA do Lago Paranoá	Decreto nº 33.537/2012	Área

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 534/2017 - IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).

19. Assim, analisando o universo de Unidades de Conservação do DF, constatou-se que **24 Parques criados antes do SNUC⁹ permanecem com falhas** quanto à definição legal de suas áreas, polígonos e/ou órgão responsável. Do mesmo modo, **há 20 UCs concebidas após a instituição do referido Sistema que não atendem ao disposto no**

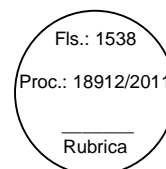
⁷ Decreto nº 36.472/2015.

⁸ Decreto nº 36.497/2015.

⁹ Lei nº 9.985/00, regulamentada pelo Dec. 4.340/02.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



art. 2º do Dec. 4.340/02¹⁰.

20. Ou seja, cerca de 44% das UCs (44 de 99) do DF possuem falhas relacionadas à definição formal da área, dos limites e do órgão responsável pela administração da Unidade. O **Anexo I** a este Relatório contém a listagem completa das UCs indicando as desconformidades verificadas.

21. Assim, considerando-se que **aumentou** o quantitativo de UCs com desconformidades quanto à definição formal de área, limite e órgão responsável, considera-se **não cumprida** a determinação constante do item II.a da Decisão nº 652/13, devendo o cumprimento ser **reiterado** à Jurisdicionada.

2.1.2 Decisão nº 652/2013, II.a.2: IBRAM - Regulamente as UCs, objetivando à devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/00 (achado 3).

Situação que levou à proposição da deliberação

22. Das 46 UCs existentes no DF, criadas antes da instituição do SNUC, constatou-se, tendo por subsídio as informações prestadas pelo IBRAM, a existência de 23 unidades que se enquadravam na exigência de que deveriam ter sido recategorizadas, observando o disposto no art. 40 do Decreto nº 4.340/02¹¹.

Providências adotadas e comentários dos gestores

23. O IBRAM, por intermédio do Ofício SEI-GDF nº. 534/2017 – IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265), noticiou que:

“Conforme decisões nº 652/2013 e nº 2523/14, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que determinou, entre outros assuntos, a necessidade de recategorização dos Parques do DF conforme categorias do SDUC, foi instituído um Grupo de Trabalho (Instrução IBRAM nº 47, de 5 de maio de 2015), que elaborou critérios para indicação das novas categorias para cada Unidade. Este parecer foi encaminhado para consulta e manifestação pública, e atualmente está em fase final de elaboração e publicação das minutas individuais de cada Parque. O grupo de Recategorização teve a maior parte das minutas de decreto e projeto de lei já encaminhadas para serem publicadas.”

24. Ainda, encaminhou relação dos processos autuados para a realização da recategorização das UCs, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Relação de Processos Autuados para Recategorização de UCs

	Área Protegida	Processo
1	Parque Ecológico da Enseada Norte	391.001.230/2016
2	Parque de Uso Múltiplo das Aves	391.001.878/2016
3	Parque Distrital Ezechias Heringer	391.002.369/2016

¹⁰ “Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

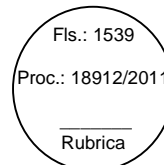
IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.”

¹¹ “Art. 40. A reavaliação de unidade de conservação prevista no art. 55 da Lei no 9.985, de 2000, será feita mediante ato normativo do mesmo nível hierárquico que a criou.

Parágrafo único. O ato normativo de reavaliação será proposto pelo órgão executor.”



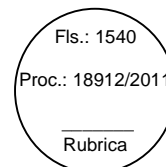
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



	Área Protegida	Processo
4	Parque de Uso Múltiplo Bosque do Sudoeste	391.002.651/2016
5	Parque de Uso Múltiplo Bosque dos Eucaliptos	391.002.654/2016
6	Parque Distrital Retirinho	391.002.655/2016
7	Parque Distrital das Copaibas	391.002.658/2016
8	Parque Distrital dos Pequizeiros	391.002.659/2016
9	Parque Ecológico dos Jequitibás	391.001.229/2016
10	Parque Distrital do Gama	391.001.829/2016
11	Parque Distrital de São Sebastião	391.001.830/2016
12	Parque Distrital Boca da Mata	391.001.879/2016
13	Parque Distrital Recanto das Emas	391.002.366/2016
14	Refúgio de Vida Silvestre Canjerana	391.002.652/2016
15	Refúgio de Vida Silvestre Garça Branca	391.002.653/2016
16	Parque Ecológico do Catetinho	391.001.234/2016
17	Parque Ecológico Riacho Fundo	391.002.365/2016
18	Parque Ecológico da Vila Varjão	391.002.367/2016
19	Parque Ecológico Sucupira	391.002.368/2016
20	Parque Ecológico Três Meninas 391.002.370/2016	391.002.370/2016
21	Parque Ecológico de Santa Maria	391.002.657/2016
22	Refúgio de Vida Silvestre Gatumé	391.001.831/2016
23	Estação Ecológica Córrego da Onça	391.001.877/2016
24	Floresta Distrital dos Pinheiros	391.001.957/2016
25	Monumento Natural do Rio Descoberto	391.002.650/2016
26	Área de Relevante Interesse Ecológico Cachoeira do Pipiripau	391.002.661/2016
27	Parque Ecológico Anfiteatro Natural do Lago Sul	391.000.193/2017
28	Parque de Uso Múltiplo Taguatinga	391.000.194/2017
29	Parque Ecológico do Gama	Em RECRIAÇÃO
30	Refúgio de Vida Silvestre Canela de Ema (Canela de Ema + Viva Sobradinho)	Em RECRIAÇÃO
31	Parque de Uso Múltiplo das Corujas	391.001.833/2016
32	Parque de Uso Múltiplo da Estrutural	391.001.876/2016
33	Parque de Uso Múltiplo Bosque dos Tribunais	391.001.958/2016
34	Parque de Uso Múltiplo do Setor O	391.002.656/2016
35	Parque de Uso Múltiplo do Núcleo Bandeirante	391.002.660/2016
36	Parque de Uso Múltiplo Bosque dos Constituintes	391.001.959/2016
37	Parque Ecológico do Areal	391.001.231/2016
38	Parque Ecológico Saburo Onoyarna e Cortado	391.001.232/2016
39	Parque Ecológico do Lago Norte	391.001.233/2016
40	Parque Distrital Bernardo Sayão	391.001.235/2016
41	Parque Ecológico das Sucupiras	391.001.236/2016
42	Parque Ecológico da Asa Sul	391.001.237/2016
43	Refúgio de Vida Silvestre do Vale do Amanhecer	391.001.832/2016
44	Parque Ecológico da Candangolândia (Pioneiros)	Necessita autuar SEI
45	Refúgio de Vida Silvestre Ponte Alta do Gama	Necessita autuar SEI
46	Refúgio de Vida Silvestre Colégio Agrícola (definir novo nome?)	Necessita autuar SEI
47	Refúgio de Vida Silvestre Estância	Necessita autuar SEI
48	Parque de Uso Múltiplo Denner	391.013.186/2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



	Área Protegida	Processo
49	Monumento Natural Dom Bosco	Necessita autuar SEI
50	Refúgio de Vida Silvestre Morro do Careca	Necessita autuar SEI
51	Parque Ecológico do Paranoá (Paranoá + Cachoeirinha + ARIE)	Necessita autuar SEI

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 534/2017 - IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).

Análise

25. Em que pese, o Instituto ter tomado providências para a regularização, essas não foram suficientes, vez que apenas “três parques tiveram sua recategorização já publicada: Parque Ecológico Jequitibás (Decreto nº 38.368, de 26 de julho de 2017); Parque Distrital Boca da Mata (Decreto nº 38.367, de 26 de julho de 2017) e Floresta Distrital dos Pinheiros (Decreto nº 38.371, de 27 de julho de 2017)”. Assim, deve-se considerar **parcialmente cumprida** a determinação constante do item II.a2 da Decisão nº 652/2013.

26. Dessa forma convém **reiterar** ao Instituto o cumprimento do item II.a2 da Decisão nº 652/2013 para que regulamente as UCs, objetivando a devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/2000, bem como entende-se pertinente a realização de novo monitoramento, em momento oportuno, para verificação do atendimento à deliberação do Tribunal.

2.1.3 Decisão nº 652/2013, II.a.3 e II.b.3: II.a.3) IBRAM - Firme Termo de Compromisso com a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10 (achado 4); II.b.3) TERRACAP - Firme Termo de Compromisso com o IBRAM, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do §1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10;

2.1.4 Decisão nº 652/2013, II.b.2: TERRACAP - Informe ao IBRAM acerca da situação fundiária de todas as UCs do DF, noticiando a esta Corte as providências adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias (achado 04).

2.1.5 Decisão nº 652/2013, II.b.1: TERRACAP - Providencie a transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal (achado 4).

Situação que levou à proposição da deliberação

27. Apurou-se, durante a auditoria, que apenas a Estação Ecológica de Águas Emendadas obteve a desapropriação dos antigos ocupantes. Nas demais UCs, a maioria das ocupações ocorre em áreas de domínio da TERRACAP em decorrência de autorização dada por vários órgãos do governo para particulares ou devido à ocupação irregular.

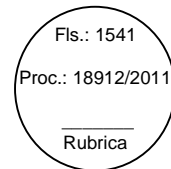
28. Parte significativa das UCs tem seu registro cartorial em nome da TERRACAP, o que pode possibilitar sua venda para particulares ou expedição de autorização de uso para terceiros. Todavia, tal registro deveria estar em nome do GDF, com responsabilidades de gestão para o IBRAM.

Providências adotadas e comentários dos gestores

29. Por meio do Parecer Técnico nº 521.000.061/2011 – GEUNI/DICON/SUGAP (fls.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



152), o IBRAM informou que apenas a Estação Ecológica Águas Emendadas obteve a desocupação dos antigos ocupantes. O restante das UCs tem seu registro cartorial em nome da TERRACAP.

30. Após, discorreu sobre os trâmites e dificuldades inerentes ao registro cartorial das unidades, demonstrando que os procedimentos para a regularização fundiária das Unidades de Conservação do Distrito Federal são complexos e envolvem vários órgãos do GDF.

31. A TERRACAP, por meio do Ofício nº 270/2013-PRESI e anexos (fls. 690/779), em resposta ao solicitado por esta Corte, remeteu as informações prestadas por suas unidades técnicas: Núcleo de Análise Fundiária - NUANF, Núcleo de Registro Imobiliário - NUREG e Gerência de Projetos – GEPRO, relatando a situação fundiária das UCs, bem como as dificuldades inerentes à regularização, do qual extraímos o seguinte trecho:

“Da forma como foram criadas as unidades, ou por lei ou por decreto, sem a elaboração de um projeto urbanístico para cada área, não é possível encaminhar ao cartório o pedido de registro dos mesmos. Isso somente é possível quando se trata de glebas rurais e com tamanho superior ao módulo rural mínimo. Para o caso de áreas urbanas é necessária a elaboração de projetos urbanísticos.

Sendo assim é necessário que a Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB encaminhe à TERRACAP os projetos urbanísticos de cada um dos parques, com o respectivo decreto de aprovação de cada um deles para que seja possível a realização de registro cartorial dessas unidades imobiliárias.

Muitos dos parques possuem interferências com unidades imobiliárias que não são de propriedade da TERRACAP e dessa forma não temos gestão sobre essas unidades, tanto de propriedade de terceiros quanto de propriedade do Distrito Federal. Para aquelas unidades que tem interferências com áreas públicas é necessário proceder à desafetação dessas áreas para incorporação nas poligonais dos parques.

Apenas após o cumprimento de todos esses requisitos será possível enviar para os cartórios de registro de imóveis os pedidos de inscrição dos imóveis. Como as atividades não são de competência exclusiva da TERRACAP não existe possibilidade de se estabelecer prazos no âmbito dessa Gerência de Projetos.”

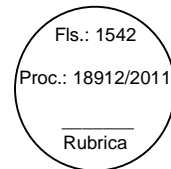
32. Em atenção à determinação desta Corte, informou a estimativa de tempo que entendeu necessária à regularização de cada unidade de conservação (fls. 705/707). Como se observa no cronograma elaborado, os prazos variavam de 3 a 9 anos para a finalização dos trabalhos.

33. Diante de tais informações, a Corte prolatou a Decisão nº 2.523/14 que, em seu item II, assim dispôs:

‘II – dar ciência ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal da situação relatada nos autos para que, mediante criação de Grupo de Trabalho intersetorial, envolvendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMARH, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, a Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



TERRACAP, a Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e demais órgãos/entidades que se fizerem necessários, sejam adotadas medidas efetivas com vistas à definição formal da localização, dimensão e limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto as providências adotadas”

34. Atualizando as informações¹², o IBRAM informou¹³ que a criação do grupo interinstitucional para regularização fundiária não foi executada, ocorrendo apenas a solicitação pela Casa Civil de indicação de membros a serem nomeados.

35. Noticiou, ainda, a assinatura de Termo de Compromisso com a TERRACAP para o recebimento de débitos referentes à compensação ambiental.

36. Por seu turno, a TERRACAP¹⁴, atualizou as informações anteriormente prestadas em relação as UCs, informando que as áreas, em sua maioria, não constituem unidades imobiliárias registradas em cartório. Acrescentou que o registro das áreas está condicionado à apresentação, por parte da SEGETH, juntamente com o IBRAM, dos projetos aprovados e licenciados, permitindo o envio aos cartórios de registro de imóveis para registro.

37. Com o fito de demonstrar os procedimentos afetos à regularização, apresentou o Termo Aditivo ao Termo de Compromisso da Compensação Ambiental nº 100.000.006/2013¹⁵, referente às obras de implantação do Setor Noroeste, firmado com o IBRAM, onde consta a obrigação de emprego dos recursos do ajuste serem empregados na regularização fundiária das unidades de conservação do DF, como descrito no item 2.2:

“2.2 Fica definido que para o cumprimento da compensação ambiental a TERRACAP ficará responsável pela execução dos seguintes serviços, atividades e procedimentos:

*...
b) Destinar o montante de R\$ 29.983.707,23 (vinte e nove milhões novecentos e oitenta e três mil, setecentos e sete reais e vinte e três centavos) para o pagamento de serviços relacionados a efetiva regularização fundiária e demarcação de terras das unidades de conservação do Distrito Federal.” (grifamos)*

Análise

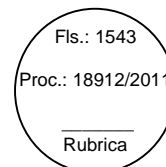
38. Apreciando as informações atualmente prestadas, nota-se que os itens II.a3, II.b2 e II.b3 foram cumpridos pelas Jurisdicionadas, posto que foram listadas todas as UCs com suas respectivas situações e pendências, bem como a formalização do Termo de Compromisso entre o IBRAM e a TERRACAP, destinando os recursos oriundos de

¹² Em resposta à Nota de Monitoramento nº 1 (fls. 1140)

¹³ Ofício SEI-GDF nº. 534/2017 – IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265)

¹⁴ Despacho SEI-GDF TERRACAP/DITEC/GETOP/NUANF (fls. 691/778)

¹⁵ Termo Aditivo assinado em 20/12/2016 (fls. 1365/1368).



compensação ambiental, decorrentes da implantação do Setor Noroeste, para a regularização fundiária das unidades de conservação.

39. Destaca-se que o cumprimento integral do item II.b.1 (transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal) só poderá ser realizado quando equacionada a questão referente à demarcação das áreas, licenciamento e aprovação dos respectivos projetos, para posterior registro cartorial.

40. Nesse ponto, nota-se que a destinação dos valores oriundos do citado termo de compromisso demonstra um grande avanço na questão, posto que um dos maiores entraves às ações de regularização está relacionado aos recursos financeiros.

41. Conforme cláusula terceira do Termo Aditivo, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº Ambiental no 100.000.006/2013 teve seu prazo de vigência estipulado em 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura.

42. O ajuste prevê, ainda, no § 1º do item 2.2 que “um grupo de trabalho interinstitucional composto por integrantes do IBRAM e da TERRACAP deverá ser constituído para acompanhar os serviços relacionados no item 2.2, b, estabelecendo as prioridades e atestando cumprimentos”.

43. Nota-se, portanto, que embora ainda não tenha sido cumprida a determinação desta Corte, os procedimentos adotados pelo IBRAM e TERRACAP demonstram que as entidades vêm caminhando em consenso com a intenção de solucionar a questão, portanto, o item II.b1 pode ser considerado **parcialmente atendido**, fazendo necessária a sua **reiteração**.

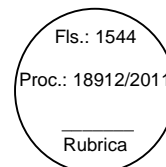
44. Diante do exposto, considerando a complexidade do tema ora tratado, bem como o prazo ajustado no Termo de Compromisso, entende-se pertinente a realização de novo monitoramento, em momento oportuno, para verificação do andamento dos trabalhos realizados pelo grupo de trabalho criado com essa finalidade específica.

2.2 Questão de Monitoramento nº 2 – As ações implementadas pelo IBRAM propiciaram melhoria na gestão e manutenção das UCs?

Não. Considera-se insatisfatório o número de UCs com conselhos consultivos, bem como a regularização fundiária e a elaboração de Plano de Manejo. Ressente-se, ainda, da inexistência de postos permanentes ou rotina de fiscalização, e falta de um plano de prevenção e combate a incêndio que englobe todas as Unidades de Conservação do DF.

Notou-se que, na amostra fiscalizada, o cercamento havia sido parcialmente implementado. Todavia, ainda existem diversas falhas que propiciam invasões.

Destaca-se, de forma positiva, que, a fim de suprir as dificuldades orçamentárias, o IBRAM vem utilizando os recursos oriundos de compensações ambientais para a elaboração de Planos de Manejos e construção/restauração de imóveis ou equipamentos das Unidades de Conservação.



2.2.1 Decisão nº 652/2013, II.a4: SEMA - Crie e ative os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/00 e art. 17 do Decreto nº 4.340/02 (achado 5).

Situação que levou à proposição da deliberação

45. Das 23 UCs do grupo de Proteção Integral, administradas pelo Distrito Federal, apenas três tinham ato legal de criação de Conselho Consultivo (APA das Bacias dos Córregos Gama e Cabeça do Veado, APA do Lago Paranoá e ARIE do Parque JK), porém todos eles encontravam-se inativos.

Providências adotadas e comentários dos gestores

46. Conforme descrito na Nota Técnica nº 04/2017 – UEBC/SUSEC/SEMA (fls. 1266/1269), a Secretaria de Meio Ambiente informa que, embora a legislação pertinente imponha a criação de Conselhos de Unidades de Conservação para praticamente todas as categorias de UC distritais, só haviam sido criados para as APAs Gama-Cabeça de Veado, Lago Paranoá e Cafuringa e, embora existentes, permaneceram ativos somente até meados de 2007.

47. Na sequência, relata que, por iniciativa da atual gestão, encontram-se em funcionamento, os Conselhos Gestores da Área de Relevante Interesse Ecológico do Riacho Fundo, do Parque Ecológico Burle Marx e o Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal.

48. Aponta, ainda, a publicação dos decretos que criam os conselhos gestores da Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado¹⁶ e da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque JK¹⁷, relatando que os decretos foram fruto de ampla discussão com os atores envolvidos, prevendo a seleção de instituições da sociedade civil por meio de chamamento público.

49. Aduz que, como previsto no Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC¹⁸, uma vez que a participação da sociedade é essencial para o êxito dessas iniciativas, a criação dos conselhos observa as demandas advindas dos interessados, priorizando-se, de forma gradual, aquelas oriundas dos segmentos sociais organizados.

50. Destaca que existem diversos Colegiados de temática socioambiental no DF, o que provoca uma sobrecarga para os órgãos públicos que tem obrigação de fazer parte de grande número deles. Nesse sentido, apresenta iniciativas onde a sociedade vem se organizando de forma autônoma, com o apoio da Sema e do IBRAM, destacando acreditar que a sociedade deve ter autonomia para se organizar em torno dos parques e UCs, até chegar a um nível de articulação que exija a criação de um colegiado mais formal, por meio de decreto do governador.

51. Por fim, informa que já foram empreendidas as seguintes ações:

- entrega à Unesco do relatório de revisão decenal sobre a Reserva da Biosfera do Cerrado do DF;
- recriação do Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado;
- indicação dos membros do governo e da sociedade civil para compor o

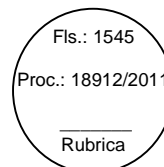
¹⁶ Decreto nº 38.286, de 21 de junho de 2017.

¹⁷ Decreto nº 38.363, de 26 de julho de 2017.

¹⁸ Instituído pela Lei Complementar Nº 827 de 22 de julho de 2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



Comitê Nacional da Reserva da Biosfera do Cerrado, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente;

- instituição do Grupo de Trabalho Parques do Gama, com a previsão de criação do conselho do mosaico dos Parques do Gama;
- formulação, em conjunto com o IBRAM, de minuta de Decreto que regulamenta o art. 24 do SDUC (LC 827/10);
- instituição do Grupo de Trabalho Parque das Esculturas, atendendo solicitação da comunidade do Altiplano Leste;
- por iniciativa da comunidade de Sobradinho, criação de um mosaico com as Unidades de Conservação e Parques que se situam as margens do Ribeirão Sobradinho;
- treinamento para conselheiros de UCs e Parques Distritais, com apoio e parceria do ICMBio, com participação dos conselheiros dos novos colegiados implantados e segmentos da sociedade civil.

Análise

52. Em que pese as ações empreendidas pela Secretaria do Meio Ambiente, que resultaram na criação de 4 novos Conselhos Consultivos¹⁹, bem como na reativação de um dos anteriormente criados²⁰, entende-se que ainda se encontra insatisfatório o total de UCs do grupo de Proteção Integral que contam com Conselho Consultivo, representando, aproximadamente, apenas 21,7% do total.

53. Isto posto, pode-se considerar **parcialmente cumprida** a determinação em epígrafe, fazendo-se necessário **reiterar** ao IBRAM o item II.a4 da Decisão nº 652/2013 para que crie e ative os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/2000 e art. 17 do Decreto nº 4.340/2002.

2.2.2 Decisão nº 652/2013, II.a5: *IBRAM - Insira as UCs, com todas as informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.885/00 (achado 6).*

Situação que levou à proposição da deliberação

54. Das 74 UCs administradas pelo DF somente 22 estavam cadastradas e ainda de modo incompleto, isto é, sem informações sobre os fatores bióticos e abióticos, infraestrutura disponível, aspectos fundiários e visitação (fls. 331).

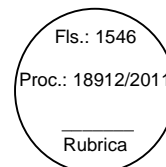
Providências adotadas e comentários dos gestores

55. Por meio do Ofício nº 100.002.036/2015- PRESI, o IBRAM²¹, limitou-se a

¹⁹ Área de Relevante Interesse Ecológico do Riacho Fundo, do Parque Ecológico Burle Marx, do Parque JK e o Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal.

²⁰ APA Gama-Cabeça de Veado.

²¹ Mesma informação constante do Plano de Ação encaminhado por meio do Ofício nº 100.001.514/2015- PRESI/IBRAM (fls. 979/982).



informar que as unidades distritais reconhecidas pelo SNUC já estão cadastradas.

Análise

56. Após verificação das informações lançadas pelo IBRAM no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC²², observou-se que desde 2011 não foram atualizadas as informações. Isto significa que ainda não há registro de informações sobre os fatores bióticos e abióticos, infraestrutura disponível, aspectos fundiários e visitação.

57. No site do Ministério do Meio Ambiente encontra-se a definição do CNUC e suas vantagens:

“O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo MMA com a colaboração dos Órgãos gestores federal, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Neste ambiente são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das unidades de conservação. Assim, a sociedade poderá acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional. O CNUC é um sistema integrado de banco de dados com informações padronizadas das unidades de conservação geridas pelos três níveis de governo e por particulares.

Compete ao Ministério do Meio Ambiente organizar e manter o Cadastro Nacional de Unidades, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Principais vantagens da implantação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação:

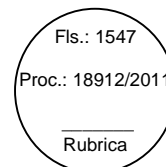
- *Disponibiliza informações oficiais sobre as unidades de conservação do SNUC;*
- *Oferece relatórios detalhados sobre a situação das unidades de conservação, facilitando a realização de diagnósticos, a identificação de problemas e a tomada de decisão;*
- *Permite a criação e acompanhamento de indicadores sobre o estado de implementação do SNUC;*
- *Verifica a conformidade das unidades de conservação com normas e critérios de criação estabelecidos na Lei nº 9.985/2000;*
- *Disponibiliza informações para o planejamento, administração e fiscalização das unidades de conservação.*

Os recursos provenientes de compensação ambiental serão destinados exclusivamente para unidades de conservação reconhecidas pelo CNUC como pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Art. 11 da Resolução CONAMA 371/2006).” (grifo nosso)

58. Do exposto e da análise dos achados como um todo, pode-se deduzir que a falta das informações advém da ausência de regularização fundiária das UCs e da falta do Plano de Manejo. Consequentemente, o Instituto deixa de utilizar uma fonte de recursos federais, mostrando inércia na gestão de seus meios e UCs.

59. Assim sendo, deve-se considerar **não atendido** o item II.a5 da Decisão nº 652/2013, **reiterando** o seu cumprimento ao IBRAM para que insira todas as UCs, com as

²² Sítio eletrônico: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Consulta em novembro/2017.



respectivas informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.885/00.

2.2.3 Decisão nº 652/2013, II.a6: *IBRAM - Elabore Plano de Manejo para todas as UCs, nos termos do estabelecido no art. 27 da Lei nº 9.985/00 e art. 12 do Decreto nº 4.340/02 (achados 7 e 8).*

Situação que levou à proposição da deliberação

60. Averiguou-se a seguinte situação a respeito das 74 UCs:

a) apenas 14 (quatorze) dispunham de Plano de Manejo, ou seja, cerca de 19% (PT – I, fls. 554/568), nos termos do estabelecido no art. 27²³ do SNUC e art. 12²⁴ do Decreto nº 4.340/02;

b) das que não dispunham de PM, só 12 (doze), ou seja, 16%, possuíam limitação de suas atividades em função de Termos de Referência, Zoneamento e Plano de Uso e Ocupação e 13 (treze) UCs (18%) estavam com Plano de Manejo em licitação ou elaboração, o que afronta, ainda, o disposto no § Único do art. 28²⁵ do SNUC e o art. 15²⁶ do Decreto 4.340/02.

61. Ainda, constatou-se que, após o advento do SNUC, isto é, no ano de 2000, foram criadas 28 UCs no DF e, após 12 anos, nenhuma delas possuía Plano de Manejo. Tal fato, confrontava o disposto no § 3º do art. 27²⁷ da Lei nº 9.985/00, que estabeleceu o prazo de 5 (cinco) anos para elaboração do referido Plano.

Providências adotadas e comentários dos gestores

62. Ao apresentar o Plano de Ação, o IBRAM assinalou, como medida que seria adotada, a “inclusão da ação nº 4098 ‘Conservação de Áreas Protegidas e Biodiversidade’ no Planejamento Plurianual (2016-2019)” bem como a realização de “gestão junto a Câmara de Compensação Ambiental do IBRAM objetivando a alocação de recursos das compensações para a elaboração do Planos de Manejo”²⁸. Ressaltou, no entanto, que a implementação dependeria de definição de orçamento pela Secretaria de Planejamento.

63. Na mais recente informação encaminhada a esta Corte, o IBRAM encaminhou relação apresentando a atual situação e previsão de elaboração dos Planos de Manejo daquelas unidades que ainda não os possuem²⁹.

Análise

²³ Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

²⁴ Art. 12. O Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso, será aprovado:

I - em portaria do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural;

²⁵ Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

²⁶ Art. 15. A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

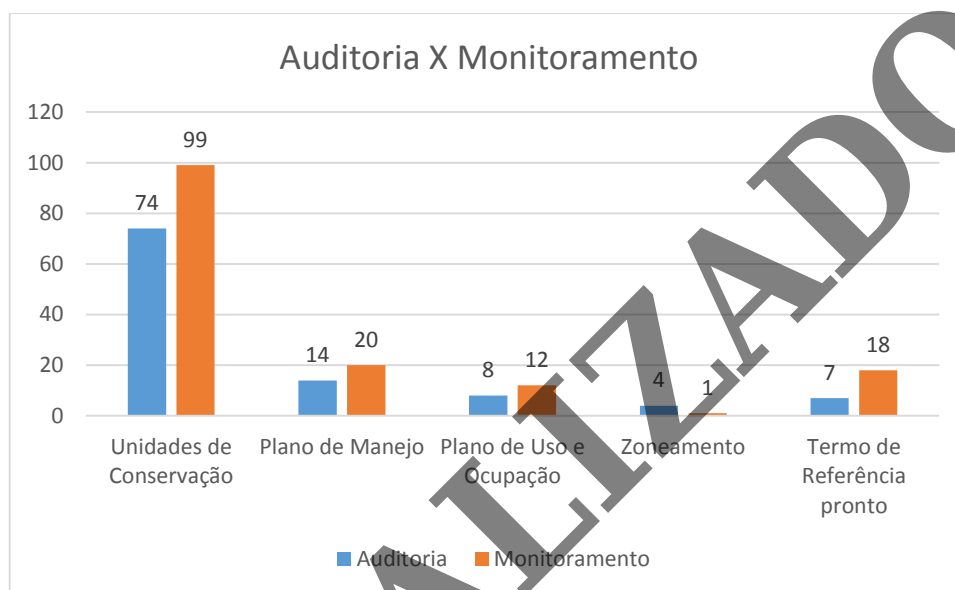
²⁷ § 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

²⁸ Ofício nº 100.001.514/2015- PRESI/IBRAM (fls. 979/982)

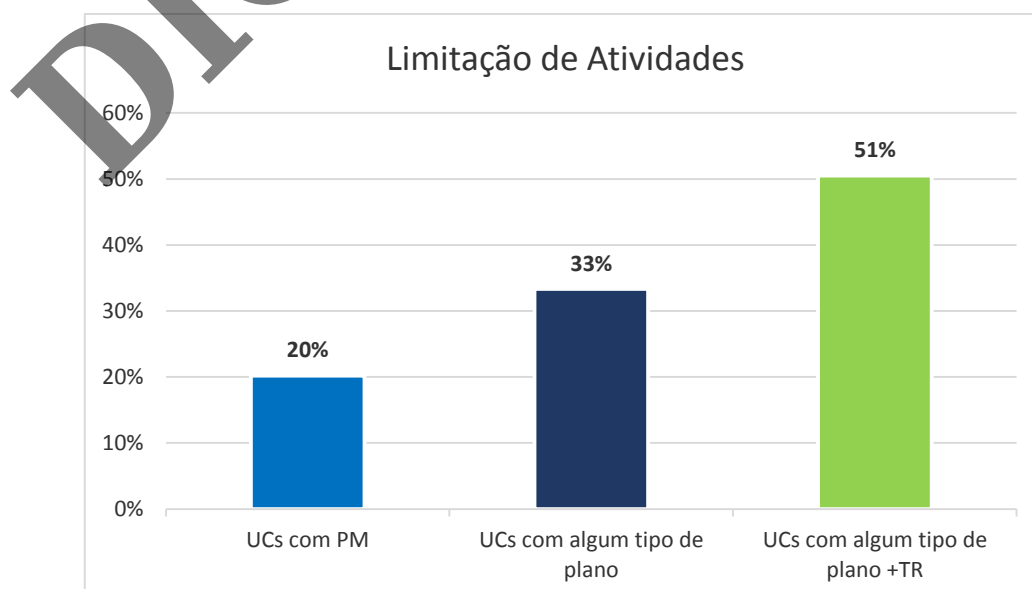
²⁹ Ofício SEI-GDF nº 534/2017 IBRAM/PRESI – fls. 1162/1265.

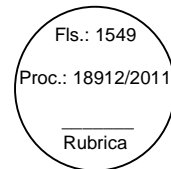


64. Da análise da informações prestadas, considerando a atual configuração do número de UCs (99), verificou-se uma pequena melhoria no número de unidades com limitação de suas atividades, isto é, com zoneamento estabelecido e com as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, consoante gráfico a seguir:



65. Constatou-se, também que apenas 20% (vinte por cento) das UCs possuem Plano de Manejo. Ressalte-se que os Termos de Referência-TR para elaboração de Plano de Manejo - PM não podem ser considerados como efetivamente realizados, pois podem não se concretizar, como por exemplo o da Reserva Biológica do Guará que está pronto desde 2010 e o PM ainda não foi confeccionado, tampouco aplicado.





66. Ou seja, atualmente 20 UCs dispõem de Plano de Manejo (contra 14 à ocasião da Auditoria), bem como 32 possuem limitação de suas atividades em decorrência de Plano de Uso e Ocupação, Zoneamento ou Termos de Referência (contra 25 anteriormente).

67. Todavia, as providências tomadas não foram suficientes para dirimir o problema de controle e gestão das UCs. Ainda mais se considerarmos que se passaram 4 anos da determinação e que os Planos de Manejo, conforme norma legal, devem ser confeccionados num prazo de cinco anos desde a criação da UC.

68. Merece registro que o Distrito Federal conta com o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal, criado para atender a programas, projetos ou atividades que visem à extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis; unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação e revitalização de parques; e controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional.

69. Ainda, consoante o art. 47 da Lei nº 9.985/00 e art. 40 da Lei Complementar nº 827/10, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, que faz uso dos recursos hídricos de unidades de conservação, deveria aportar recursos para sua proteção, manutenção e implementação. Em resposta à Nota de Monitoramento 1 (fls. 1140/1141) O IBRAM informou que: *“O Relatório das ações da CAESB para contribuir com a proteção, manutenção e implementação da Unidade, conforme previsto no Sistema Distrital de Unidade de Conservação (SDUC) no foram ainda apresentadas a este instituto”*.

70. Além disso, vale ressaltar que o Decreto nº 4.340/2002 regulamentou o art. 36 da Lei nº 9.985/2000 e determinou a prioridade para aplicação dos recursos de compensação ambiental:

*“Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas deve obedecer à seguinte **ordem de prioridade**:*

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento (grifamos);

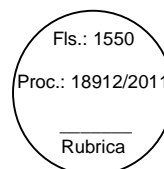
IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação;

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento”. (grifo nosso)

71. No âmbito do Distrito Federal, a compensação ambiental tem como base instrumentos legais previstos na Lei Complementar 827/2010, que criou o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC, Instrução nº 076/2010 - IBRAM e os Decretos Distritais nº 14.783/1993 e 23.585/2003.

72. O Instituto elaborou um Plano de Diretrizes para Aplicação dos Recursos oriundos da Compensação Ambiental – PDAR para o triênio 2015/2017 (fls. 1151/1160), instituído por meio da Instrução IBRAM nº 24/16, com a finalidade de orientar as decisões sobre a destinação dos recursos advindos de compensação ambiental.

73. O Plano teve como fundamento a legislação aplicável à compensação ambiental,



inclusive o disposto no art. 33 do Decreto nº 4.340/2002.

74. Desse modo, verifica-se que o item II.a6 da Decisão nº 652/2013 encontra-se **parcialmente cumprido**, devendo-se **reiterar** o seu cumprimento ao IBRAM para que elabore Planos de Manejo para todas as UCs, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.985/2000 e art. 12 do Decreto nº 4.340/2002.

2.2.4 Decisão nº 652/2013, II.c: SEPLAN - Dê andamento ao Processo nº 195.000.029/08, informando a este Tribunal as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias (Achado 12).

Situação que levou à proposição da deliberação

75. Durante a realização da auditoria, identificou-se a carência de pessoal no quadro de servidores do Jardim Botânico de Brasília. Em que pese, em janeiro de 2010, o Conselho de Política de Recursos Humanos – CPRH, no âmbito do Processo nº 195.000.029/2008, ter autorizado a realização de concurso público para provimento de 23 vagas do cargo de Analista de Administração Pública e 35 vagas do cargo de Técnico de Administração, com a consequente homologação do Governador, os autos encontravam-se “parados” na Secretaria de Planejamento.

Providências adotadas e comentários dos gestores

76. Em atendimento ao *decisum*, a então Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP³⁰, informou que, por forma da Lei nº 5.190/2013³¹, a carreira do Jardim Botânico foi extinta, sendo a força de trabalho suprida pelos servidores da carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental (“Carreirão”).

77. Destaca a Portaria nº 20/2014-SEAP³² que estabelece o Quadro de Lotação de Pessoal – QLP da citada carreira, prevendo para o Jardim Botânico o seguinte quantitativo:

Tabela 6 – Quantitativo de Cargos do JBB

CARGOS	QUANTITATIVO
Gestor em políticas públicas e gestão governamental	0
Analista em políticas públicas e gestão governamental	12
Técnico em políticas públicas e gestão governamental	3
TOTAL	15

Fonte: Portaria nº 20/2014-SEAP.

78. Aduz a existência do nº 414.000.135/2014, autuado com a finalidade de realizar estudo da demanda de concurso público, com a finalidade de provimento de vagas na

³⁰ Ofício nº 2261/2014 - GAB/SEAP, de 13 de agosto de 2014 (e-DOC F6BBCE84)

³¹ Dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências. Art. 26. Ficam extintas as seguintes carreiras:

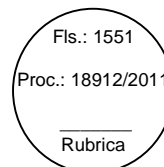
...

II – Administração Pública do Quadro de Pessoal do Jardim Botânico de Brasília – JBB, criada pela Lei nº 528, de 3 de setembro de 1993;

³² Publicada no DODF nº 34, de 13/02/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



carreira PPGG, considerando as necessidades apontadas pelos órgãos constantes da estrutura administrativa do DF.

79. Por seu turno, o Jardim Botânico informa que, atualmente, o quantitativo de pessoal está suprido da seguinte forma³³:

Tabela 7 – Quantitativo de Cargos do JBB

Cargos	Autorizados	Ocupados
Comissionados	53*	53*
Quadro	10	10

Fonte: Ofício nº 120/2017-DIEX/JBB (fls. 1352/1356).

80. Estes encontram-se assim divididos:

Tabela 8 – Cargos Com e Sem Comissão no JBB

Sem Cargo em comissão	Cargo em comissão		
Do quadro	Do quadro	Requisitado	Sem vínculo
2	8	3	42
2	53		
55			

Fonte: Ofício nº 120/2017-DIEX/JBB (fls. 1352/1356).

81. O JBB esclarece, ainda, que reportou à Secretaria de Planejamento a necessidade de 58 (cinquenta e oito) servidores, sendo 33 (trinta e três) de nível superior e 38 (trinta e oito) de nível médio. Todavia, continua aguardando a realização de concurso público para o suprimento de pessoal.

Análise

82. Conforme esclarecimentos prestados, o Jardim Botânico de Brasília não dispõe mais de quadro próprio de pessoal, sendo os servidores efetivos pertencentes à carreira própria de servidores do Distrito Federal.

83. Nota-se que a distribuição de pessoal efetivo ainda está muito aquém das necessidades levantadas pela Jurisdicionada e encaminhadas à Secretaria de Planejamento, órgão responsável pelo controle de pessoal na administração distrital.

84. Considerando as informações prestadas, e a tramitação do citado Processo nº 414-000135/2014, perdeu-se o objeto o Processo nº 195.000.029/08, objeto da determinação ora em análise.

85. Poder-se-ia propor idêntica determinação, para que a Secretaria de Planejamento desse andamento à contratação de pessoal visando a carência do Jardim Botânico. Todavia, como é sabido, o Distrito Federal vem enfrentando grave situação financeira, com reflexos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na contratação de servidores

³³ Ofício nº 120/2017-DIEX/JBB (fls. 1352/1356).



públicos, refletindo em diversas secretarias e entidades da administração.

86. Desta forma, nos parece que a gestão dos servidores no âmbito do Distrito Federal ultrapassa as questões versadas nestes autos, uma vez que suprir a necessidade do JBB abrange um estudo englobando toda a distribuição de pessoal no âmbito da administração distrital.

87. Nesse sentido, conclui-se pela **perda do objeto** da determinação constante do item II.c da Decisão nº 652/2013.

2.2.5 Decisão nº 652/2013, III.a.1: IBRAM - Nos termos do art. 15 do Decreto nº 4.340/02, promova a colocação de postos permanentes de fiscalização nas principais unidades de conservação, em especial naquelas de proteção integral com maior índice de preservação (achado 9).

Situação que levou à proposição da deliberação

88. Durante a realização da Auditoria, foi analisada uma amostra de sete Unidades de Conservação e constatado que **quatro não possuíam posto permanente de fiscalização**, sendo que das três que possuíam, **um estava em condição precária**.

89. A Tabela a seguir sintetiza a situação encontrada.

Tabela 9 – Postos de fiscalização permanente por UC à época da Auditoria

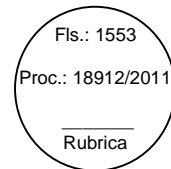
Unidade de Conservação	Posto de Fiscalização Permanente
Estação Ecológica de Águas Emendadas	Existência de Batalhão da Polícia Militar Ambiental e de sede com servidores do IBRAM
Estação Ecológica Jardim Botânico	Posto de fiscalização permanente
Monumento Natural Morro da Pedreira	Não
Parque das Copaibas	Não
Parque dos Pequizeiros	Posto de fiscalização permanente precário
Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau	Não . Equipe sediada no Parque dos Pequizeiros realizava a fiscalização no local
Reserva Biológica do Guará - Rebio	Não . Equipe sediada no Parque Ezequias Heringer realizava a fiscalização no local

Fonte: Relatório Final de Auditoria (fls. 569/638).

90. Foi relatado³⁴ à época pelo IBRAM a existência de invasões na Reserva Biológica do Guará - Rebio, ocasionando grande impacto ambiental, em decorrência da ausência de fiscalização. Existiam cinco chácaras ocupando irregularmente a área da Rebio, além de ocupações de empreendimentos comerciais. Ainda, a área serve de depósito de entulho e não possui zona de amortecimento devido à sua proximidade ao Setor de Indústria e Abastecimento, ao Setor de Inflamáveis e ao Setor Múltiplo de Atividades Sul.

91. Do mesmo modo, destaca-se a situação apresentada no Parque dos Pequizeiros, que, além de ter um de seus portões furtado à época, servia como “ponto de

³⁴ Relatório Técnico nº 521.000.002/2011-GEUNI/DICON/SUGAP/IBRAM (fls. 219/231).



desova” de veículos roubados (fls. 268/272).

Providências adotadas e comentários dos gestores

92. O IBRAM, em sua manifestação (Ofício IBRAM 534/2017 - fls. 1162/1265), limitou-se a informar que “*não há postos permanentes de fiscalização nas Unidades de Conservação*”.

Análise

93. Em que pese a informação prestada pelo Instituto, foram realizadas visitas *in loco* nas sete Unidades de Conservação listadas na Tabela 9³⁵.

94. Com base nessas visitas, foi possível constatar que a situação permanece praticamente a mesma, ressaltando-se que **o Parque dos Pequizeiros deixou de contar com posto de fiscalização permanente** (PT 04, fls. 1505/1512). A fiscalização tem sido exercida pela equipe de técnicos do IBRAM lotada no Parque das Sucupiras, a qual é responsável por fiscalizar, no total, nove Unidades de Conservação de Planaltina.

95. Destaca-se que a antiga sede do Parque dos Pequizeiros encontra-se cedida à Associação dos Produtores do Núcleo Rural Santos Dumont, que designou uma pessoa para residir e auxiliar na fiscalização na entrada da Unidade.

96. A Tabela a seguir sintetiza a situação atual nas sete UCs visitadas no que tange aos postos de fiscalização permanentes.

³⁵ Fotos das visitas encontram-se consolidadas no PT 05 (fls. 1513/1522).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

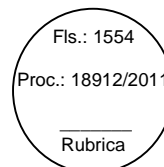


Tabela 10 – Postos de fiscalização permanente por UC (Monitoramento)

Unidade de Conservação	Posto de Fiscalização Permanente	Observações
Estação Ecológica de Águas Emendadas	Posto de fiscalização permanente	Há vigilantes terceirizados na sede da UC, além de servidores efetivos atuando como vigilantes na parte do Centro de Informações e da Lagoa. O contrato de vigilância (recentemente iniciado) prevê fornecimento de motos para ronda. No entanto, até o momento da fiscalização, ainda não haviam sido fornecidas.
Estação Ecológica Jardim Botânico	Posto de fiscalização permanente	Há presença de vigilantes terceirizados.
Monumento Natural Morro da Pedreira	Não	Fiscalização feita esporadicamente pelos técnicos do IBRAM lotados na sede.
Parque das Copaibas	Não	Fiscalização esporádica realizada pelos 3 técnicos do IBRAM lotados no Parque Ecológico Dom Bosco.
Parque dos Pequizeiros	Não.	A sede está atualmente cedida a uma Associação local que designou um morador para fiscalizar a entrada do Parque. A fiscalização é exercida pelos servidores lotados no Parque das Sucupiras.
Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau	Não.	Equipe sediada no Parque dos Pequizeiros realizava a fiscalização no local.
Reserva Biológica do Guará - Rebio	Não.	Equipe sediada no Parque Ezequias Heringer realiza a fiscalização no local.

Fonte: PT 04 (fls. 1505/1512).

97. Assim, conclui-se que **não foi implementada** a recomendação constante do item III.a.1 da Decisão nº 652/2013.

98. É notável a dificuldade de se implantar postos de fiscalização permanentes nas 99 Unidades de Conservação existentes no DF, conforme recomendado por essa Corte, especialmente em decorrência de falta de recursos orçamentários para execução das obras, bem como, pela falta de servidores para serem lotados em todas as UCs. Dessarte, **não será sugerida ao Plenário a reiteração desse item.**

99. Desse modo, considerando-se a relevância de se fiscalizar o patrimônio ambiental do DF e garantir a preservação dos atributos naturais constantes das Unidades de Conservação, a equipe de Monitoramento entende pertinente **determinar** ao IBRAM que elabore um plano de fiscalização que abranja todas as UCs do DF, considerando o atual quadro de servidores e recursos financeiros disponíveis. Destaca-se que o cumprimento a essa determinação deve ser avaliado em sede de oportuno monitoramento.

2.2.6 Decisão nº 652/2013, III.a.2: IBRAM - A exemplo do JBB, promova parcerias e treinamento de pessoal para prevenção e combate a incêndios (achado 9).

**Situação que levou à proposição da deliberação**

100. Nas visitas realizadas às UCs relacionadas na amostra, conforme Tabela 9, concluiu-se à ocasião da Auditoria que somente a Estação Ecológica Águas Emendadas – ESECAE possuía estrutura de combate a incêndios aceitável, em que pese a contumaz ocorrência de fogo decorrente do uso de velas de manifestações religiosas.

101. No tocante à Estação Ecológica Jardim Botânico, os gestores assim se manifestaram (fl. 542):

*(...) ressaltamos que não obstante a dificuldade financeira existente, **parcerias** com o PREVFOG/IBAMA, CBMDF, DEMA, Comando da Aeronáutica, Reserva Ecológica do IBGE e Fazenda Água Limpa – FAL da UnB, além de outros órgãos como Associação de Moradores da Colina Dom Bosco, NOVACAP, DER e CAESB **tem possibilitado a realização de ações de fiscalização, punição, preventivas e de combate aos incêndios florestais**. Como exemplo dessas ações, registramos a recente realização de **Curso de Formação de Brigadas para Prevenção e Combate aos incêndios Florestais, ocorrido no período de 09 a 13/04/2012, que capacitou 40 servidores do JBB, IBGE e Comando da Aeronáutica**. (grifo nosso)*

102. Nas demais Unidades, foi constatado que o serviço era precário ou sequer existia.

Providências adotadas e comentários dos gestores

103. O IBRAM se manifestou informando a realização de três ações de capacitação nos exercícios de 2016 e 2017, alcançando cinco servidores do Instituto, conforme Tabela abaixo³⁶.

Tabela 11 – Postos de fiscalização permanente por UC (Monitoramento)

Ação de Capacitação	Oferecido por	Período	Servidores Capacitados
Curso de Sistema de Comando de Incidentes – SCI no Distrito Federal	Corpo de Bombeiros do DF	23 a 27/05/2016	Albino Luciano Simões Antônio (1) Petrônio Diego Silva de Oliveira (2) Airton Mauro de Lara Santos (3) Bruno Maia Soriano Lousada (4)
Segundo Seminário Regional sobre Incêndios Florestais em São José dos Campos	INPE	17 a 21/10/2016	Albino Luciano Simões Antônio (1)
Curso de Investigação Pericial de Incêndios Florestais	ICMBIO	17 a 22/07/2017	Albino Luciano Simões Antônio (1) Petrônio Diego Silva de Oliveira (2) Airton Mauro de Lara Santos (3) Elenice dos Santos Costa (5)

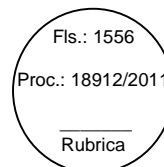
Fonte: Ofício SEI-GDF nº 534/2017 – IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).

Análise

104. Inicialmente, ressalva-se que diante de um quadro de pessoal com 445 servidores ativos em exercício³⁷, a realização de ações de capacitação abarcando **apenas cinco servidores** (cerca de 1% da força de trabalho em exercício) não se presta a garantir

³⁶ Ofício SEI-GDF nº 534/2017 – IBRAM/PRESI (fl. 1162/1265).

³⁷ Relatório de Atividades do IBRAM de 2016 (fls. 1250/1265).



formação suficiente na prevenção e no combate a incêndios.

105. Assim, deve-se considerar **não implementada** a recomendação constante do item **III.a.2 da Decisão nº 652/2013**. No entanto, a equipe de monitoramento entende pertinente **não reiterar** a recomendação nos termos anteriores.

106. Visando dar maior efetividade às deliberações do TCDF, será sugerido que o Plenário **determine** ao IBRAM que elabore um plano de prevenção e combate a incêndio que englobe todas as Unidades de Conservação do DF, considerando o quadro de pessoal e os recursos financeiros disponíveis, buscando, por exemplo, formar parcerias com outros órgãos e entidades. Ressalta-se que o cumprimento a essa determinação deve ser avaliado em sede de oportuno monitoramento.

2.2.7 Decisão nº 652/2013, III.a3: IBRAM - Realize o cercamento e a colocação de placas indicativas nas Unidades de Conservação (achado 10).

Situação que levou à proposição da deliberação

107. Na fiscalização *in loco* empreendida, à época da Auditoria, nas UCs selecionadas amostralmente, conforme relação da Tabela 9, constatou-se a existência de diversos trechos de cercamento destruídos no Parque das Copaíbas e na Reserva Biológica do Guará, bem como foram consideradas insuficientes as placas indicativas do Parque Pipiripau e Rebio Guará.

Providências adotadas e comentários dos gestores

108. Quanto a essa recomendação, o IBRAM assim se manifestou³⁸:

À época, foi realizado o cercamento nas unidades cabíveis de cercamento e a identificação das mesmas. Porém, ao longo dos anos, muitas cercas foram roubadas, principalmente por se tratar de alambrado. O IBRAM está fazendo o levantamento continuamente das UC que precisam de revitalização e de reposição completa de cerca, o que será feito de acordo com a recomendação do setor de monitoramento e fauna, para o melhor fluxo e direcionamento dos animais, no âmbito da Gerência de Manutenção (GEMAN/SUPEM).

Análise

109. Depreende-se da informação trazida aos autos pelo IBRAM que diversas cercas implantadas foram furtadas, sem a devida reposição.

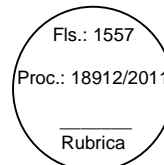
110. Com base nas visitas *in loco* executadas pela equipe de monitoramento nas sete UCs constantes da amostra selecionada à ocasião da Auditoria, foi possível constatar falhas no cercamento de cinco Unidades (cerca de 71%). De maneira oposta, somente o Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau não possuía placas indicativas.

111. No entanto, insta salientar que o citado Parque nunca foi implantado em decorrência de se encontrar 100% ocupado desde a sua criação, realizada pela Lei Distrital nº 1.299/1996. Dessa maneira, enquanto persistirem as ocupações não há viabilidade para

³⁸ Ofício SEI-GDF nº 534/2017 – IBRAM/PRESI (fls. 1162/1265).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



instalação de cercas ou de placas indicativas.

112. A Tabela a seguir sintetiza a situação encontrada.

Tabela 12 – Situação das cercas e placas indicativas das UCs selecionadas

Unidade de Conservação	Cercamento	Placas Indicativas
Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE	Boa parte da cerca havia sido recentemente refeita. Poucas falhas identificadas	OK
Estação Ecológica Jardim Botânico	OK. Algumas partes se encontravam arrombadas ou derrubadas	OK
Monumento Natural Morro da Pedreira	OK (feito pelos particulares ocupantes da região)	OK
Parque das Copaíbas	Algumas falhas constatadas	OK
Parque dos Pequizeiros	OK, porém, o portão da UC permanece constantemente aberto.	OK
Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau	Não	Não
Reserva Biológica do Guará - Rebio	OK. Algumas falhas constatadas	OK. 10 placas indicativas haviam sido recém instaladas

Fonte: PT 04 (fls. 1505/1512).

113. A seguir são destacadas algumas fotos relacionadas ao item em análise³⁹.

Foto 1 – Cercas Novas na ESECAE



Foto 2 – Placas Indicativas na ESECAE



Foto 3 – Cercas Danificadas no Jardim Botânico⁴⁰



Foto 4 – Placa Indicativa no Jardim Botânico⁴¹



³⁹ Fotos das visitas encontram-se consolidadas no PT 05 (fls. 1513/1522).

⁴⁰ Data: 13/11/2017.

⁴¹ Data: 13/11/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 1558
Proc.: 18912/2011
Rubrica

Foto 5 – Portão e Cercas Instalados pelos Ocupantes do Morro da Pedreira



Foto 6 – Placa Indicativa no Morro da Pedreira⁴²



Foto 7 – Cercas Danificadas no Parque das Copaíbas Devido a Ocupações Irregulares



Foto 8 – Placa Indicativa no Parque das Copaíbas



Foto 9 – Cercas no Parque dos Pequizeiros



Foto 10 – Placa Indicativa no Parque dos Pequizeiros



⁴² Data: 28/11/2017.



Foto 11 – Ocupações no Parque do Pipiripau



Foto 12 – Ocupações no Parque do Pipiripau



Foto 13 – Cercas na Rebio Guará



Foto 14 – Placa Indicativa na Rebio Guará



114. Desse modo, é possível concluir que, no tocante às placas indicativas, a recomendação consignada no item III.a.3 da Decisão nº 652/2013 foi **implementada**, com ressalva ao Parque do Pipiripau. Por outro lado, o cercamento das UC's foi **parcialmente implementado**.

115. Assim, a equipe de monitoramento sugere a **reiteração** do citado item ao IBRAM no que tange à instalação de cercas nas Unidades de Conservação do DF.

2.2.8 Decisão nº 652/2013, III.b: *SEPLAG - Procure dotar o IBRAM e o JBB dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente daquelas relacionadas à confecção de Plano de Manejo e Manutenção e Implantação das Unidades de Conservação (achado 11).*

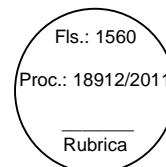
Situação que levou à proposição da deliberação

116. Das Unidades avaliadas na amostra e da análise das despesas do IBRAM, concluiu-se que faltavam repasses de recursos públicos para uma melhor gestão e manejo de todas as UCs. Entretanto, mesmo os recursos que eram disponibilizados não estavam sendo aplicados na sua totalidade pelo IBRAM.

Providências adotadas e comentários dos gestores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



117. Ao tomar conhecimento do decism⁴³ a Secretaria de Planejamento informou que, de acordo com o Decreto nº 32.716/11⁴⁴, as determinações emanadas por esta Corte seriam pertinentes à Secretaria de Estado de Administração Pública, a quem remeteu-se o expediente para as providências devidas⁴⁵.

118. Não houve manifestação da Secretaria de Administração acerca da presente determinação.

Análise

119. Embora a Secretaria de Planejamento tenha informado que a questão seria afeta à Secretaria de Administração, infere-se que o então Secretário não atinou para a questão presente na determinação em tela, entendendo que versava, apenas, sobre o item II.c da 652/2013, que trata do quadro de pessoal do Jardim Botânico.

120. O Decreto nº 32.716/11, que dispunha sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, à época, em seu art. 26, assim determinava:

“Art. 26 A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - planejamento;

II - elaboração orçamentária;”

121. Nota-se que a questão afeta a planejamento e elaboração orçamentária constituíam atribuições da Secretaria de Planejamento.

122. No entanto, cabe destacar que ao se elaborar a Informação nº 02/2014-SEUAD/DIAUD3 (fls. 791/801), momento em que se apreciou as informações da Secretaria de Planejamento em atenção à Decisão nº 652/2013, não foi observado este silêncio da Jurisdicionada em relação à tal determinação.

123. Encaminhado os autos ao Plenário, prolatou-se a Decisão nº 2523/2014 (fls. 820/821), sem que constasse reiteração à determinação em apreço.

124. No mesmo sentido que a análise empreendida no item 2.2.4, entende-se que a questão de alocação de recursos dentre os diversos órgãos do Distrito Federal extrapola as questões versadas no presente processo, uma vez que engloba toda a gestão da máquina distrital, que vem enfrentando grave situação financeira.

125. No entanto, cabe destacar que a Secretaria de Meio Ambiente e o IBRAM vêm equacionando as questões financeiras com o uso de recursos oriundos de Compensações Ambientais, firmando termos de compromissos com as empresas responsáveis e destinando os valores para a elaboração de Planos de Manejos e construção/restauração de imóveis ou equipamentos das Unidades de Conservação.

126. Como já informado no § 72, o IBRAM elaborou um Plano de Diretrizes para Aplicação dos Recursos oriundos da Compensação Ambiental – PDAR para o triênio 2015/2017 (fls. 1151/1160), instituído por meio da Instrução IBRAM nº 24/16, com a finalidade de orientar as decisões sobre a destinação dos recursos advindos de compensação ambiental.

⁴³ Por meio do Ofício 1062/2013-GP.

⁴⁴ Dispõe sobre a estrutura administrativa do Distrito Federal.

⁴⁵ Ofício nº 400/2013-GAB/SEPLAN, de 20 de junho de 2013.



127. Diante de tal cenário, foi elaborada a instrução nº 163/2015 – IBRAM, de 21 de outubro de 2015, estabelecendo procedimentos para acompanhamento, fiscalização, controle e registro da compensação ambiental e florestal realizadas no âmbito do Instituto (fl. 170)

128. Conforme demonstrado na tabela a seguir, no período de 2010 a 2016 foram investidos mais de 124 milhões oriundos de compensação ambiental⁴⁶.

Tabela 13 – Montante de Investimentos

Exercício	Montante
2010	R\$ 148.816,08
2011	R\$ 4.339.751,77
2012	R\$ 17.258.834,79
2013	R\$ 26.308.957,74
2014	R\$ 33.346.559,32
2015	R\$ 6.796.726,15
2016	R\$ 35.912.457,33
TOTAL	R\$ 124.112.103,18

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 534/2017 IBRAM/PRESI (Fls. 1162/1265)

129. Na resposta encaminhada, o IBRAM apresenta tabela contendo o rol de termos de compromissos, destacando, ano a ano, os respectivos processos e aplicações dos recursos, indicando as unidades de conservação beneficiadas.

130. Embora não tenha havido manifestação formal da Secretaria de Planejamento em atendimento à determinação em apreço, entende-se que a situação apontada vem sendo equacionada, de forma satisfatória, com a utilização dos recursos oriundos de compensações ambientais pela Secretaria de Meio Ambiente e pelo IBRAM, não restando, neste momento, maiores considerações.

131. Desta forma, deve-se considerar **não implementada** a recomendação constante do item III.b da Decisão nº 652/2013. Todavia, diante do exposto, entende-se **despicienda a sua reiteração ou a formulação de novas proposições** em relação à destinação de recursos, para este fim específico, por parte da Secretaria de Planejamento.

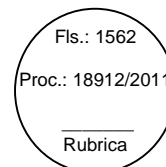
3. Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal

132. O presente relatório de monitoramento identificou que, em que pese as ações adotadas pelo IBRAM, ainda estão muito incipientes as medidas que visam atender às determinações desta Corte, demonstrando que ainda existem diversas medidas a serem adotadas, não cabendo, neste momento, apontar os benefícios alcançados.

4. Conclusão

133. Em decorrência do presente monitoramento, constatou-se que aumentou o quantitativo de UCs com desconformidades quanto à definição formal de área, limite e

⁴⁶ Ofício SEI-GDF nº 534/2017 IBRAM/PRESI (Fls. 1162/1265).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

órgão responsável. Verificou-se que cerca de 44% das UCs (44 de 99) do DF possuem falhas relacionadas à definição formal da área e três parques tiveram sua recategorização já publicada.

134. Considera-se insatisfatório o número de UCs que possuem conselhos consultivos, bem como a regularização fundiária e a elaboração de Plano de Manejo. Ressente-se, ainda, da inexistência de postos permanentes ou rotina de fiscalização, e falta de um plano de prevenção e combate a incêndio que englobe todas as Unidades de Conservação do DF.

135. Notou-se que, na amostra fiscalizada, o cercamento havia sido parcialmente implementado. Todavia, ainda existem diversas falhas que propiciam invasões.

136. Destaca-se, de forma positiva, que, a fim de suprir as dificuldades orçamentárias, o IBRAM vem utilizando os recursos oriundos de compensações ambientais para a elaboração de Planos de Manejos e construção/restauração de imóveis ou equipamentos das Unidades de Conservação.

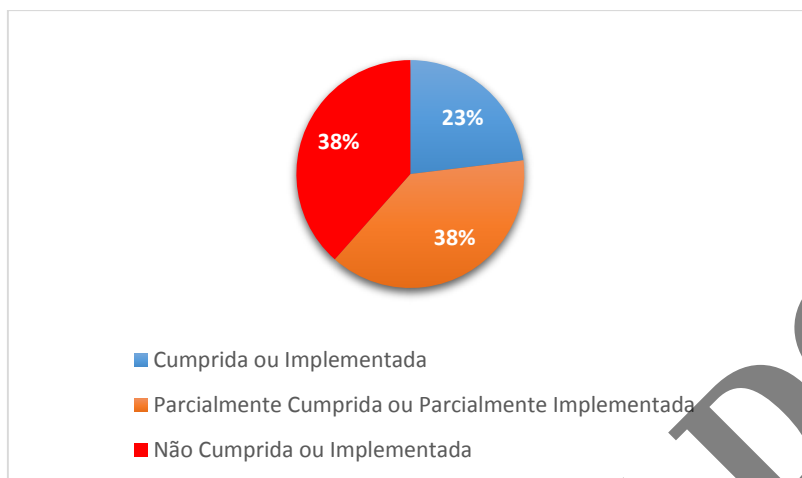
137. Neste ponto, registra-se a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº Ambiental no 100.000.006/2013, firmado entre a TERRACAP e o IBRAM, destinando os recursos oriundos de compensação ambiental, decorrentes da implantação do Setor Noroeste, para a regularização fundiária das unidades de conservação, demonstrando que as entidades envolvidas vêm caminhando em consenso com a intenção de solucionar a questão.

138. Por fim, apresenta-se o resultado consolidado do grau de implementação das determinações objeto da Decisão nº 652/13.

Quadro-resumo do primeiro monitoramento da Decisão nº 2.149/2015

Situação	Cumprida ou Implementada	Parcialmente Cumprida ou Parcialmente Implementada	Não Cumprida ou Implementada	Total
Itens da Decisão monitorada	II.a.3, II.b.2 e II.b.3	II.a.2, II.a.4, II.a.6, II.b.1 e III.a.3	II.a.1, II.a.5, III.a.1, III.a.2 e III.b	
Quantidade	3	5	5	13
Percentual	23%	38%	38%	100%

Grau de atendimento à Decisão nº 652/2013



139. Tendo em conta o não cumprimento de diversas determinações, considera-se pertinente que se reitere alguns pontos constantes da Decisão nº 652/2013, bem como novas ações pertinentes à situação identificada.

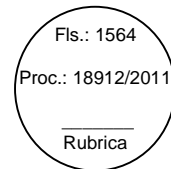
5. Proposições

140. Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

- I) tomar conhecimento:
 - a) do presente Relatório de Monitoramento;
 - b) da documentação constante às fls. 1103 a 1526;
- II) considerar, em relação às determinações constantes da Decisão 652/2013:
 - a) atendidos os itens II.a.3, II.b.2 e II.b.3;
 - b) parcialmente atendidos os itens II.a.2, II.a.4, II.a.6 e II.b.1 e parcialmente implementado o disposto no item III.a.3;
 - c) não atendidos os itens II.a.1 e II.a.5 e não implementados os itens III.a.1, III.a.2 e III.b;
 - d) a perda do objeto do disposto no item II.c;
- III) informar ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), que 76% das deliberações constantes da Decisão nº 652/2013 ainda não foram implementadas integralmente;
- IV) reiterar ao IBRAM:
 - a) o item II.a1 da Decisão nº 652/2013, para que defina



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

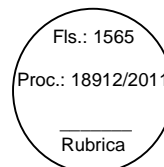


formalmente a localização, dimensão e limites, além de designação de órgão responsável das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02;

- b) o item II.a2 da Decisão nº 652/2013, para que regulamente as UCs, objetivando à devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/00;
- c) o item II.a4 da Decisão nº 652/2013 para que crie e ative os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/00 e art. 17 do Decreto nº 4.340/02;
- d) o item II.a5 da Decisão nº 652/2013, para que insira as UCs, com todas as informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.985/00;
- e) o item II.a6 da Decisão nº 652/2013 para que elabore Planos de Manejo para todas as UCs, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.985/2000 e art. 12 do Decreto nº 4.340/2002;
- f) o item III.a3 da Decisão nº 652/2013, no que tange à instalação de cercas nas Unidades de Conservação do DF;
- V) reiterar à TERRACAP o item II.b1 da Decisão nº 652/2013 , para que providencie a transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal;
- VI) determinar ao IBRAM que elabore:
 - a) um plano de fiscalização que abranja todas as UCs do DF, considerando o atual quadro de servidores e recursos financeiros disponíveis, de modo a garantir a preservação do patrimônio ambiental;
 - b) um plano de prevenção e combate a incêndio que englobe todas as Unidades de Conservação do DF, considerando o quadro de pessoal e os recursos financeiros disponíveis, buscando, por exemplo, formar parcerias com outros órgãos e entidades, em especial o CBMDF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

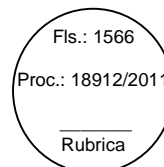


- VII) dar ciência do presente Relatório de Monitoramento, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), ao Jardim Botânico de Brasília - JBB, à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA;
- VIII) autorizar a realização de novo monitoramento, em momento oportuno, para verificar a implementação das medidas determinadas e andamento dos trabalhos realizados.

Brasília-DF, 15 de janeiro de 2018.

David da Silva de Araújo
ACE – 1570-9

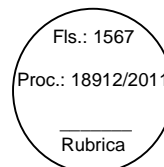
Mário Augusto de Oliveira Neto
ACE – 1323-4



Anexo I – Desconformidades na Definição Formal das Unidades de Conservação (Achado 1)

- UCs criadas antes do SNUC (Lei nº 9.985/00, regulamentada pelo Dec. 4.340/02):

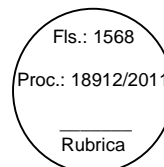
Unidade de Conservação	Desconformidade
Parque Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto	Poligonal, Área e Órgão Responsável
Parque Ecológico e Vivencial da Cachoeira do Pipiripau	
Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia (Pioneiros)	
Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho	
Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema	
Parque Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros	
Parque Irmão Afonso Hauss (santuário dos pássaros)	
Parque Ecológico do DER	
Parque Ecológico dos Pequizeiros	
Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho	
Parque Ecológico Águas Claras	Poligonal e Área
Parque das Copaibas	
Parque Ecológico e Vivencial Ponte Alta do Gama	
Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas	
Parque Ecológico da Garça Branca	
Parque Ecológico Veredinha	Poligonal
Parque Ecológico dos Jequitibás	
Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras	
Parque de Uso Múltiplo Burle Marx	
Parque Ecológico Ezechias Heringer	
Parque Olhos d'Água	Área
Parque Ecológico São Sebastião	
Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	
Parque Ecológico Dom Bosco	
Parque Morro do Careca	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Unidade de Conservação	Desconformidade
Reserva Biológica do Rio Descoberto	
Parque de Uso Múltiplo Centro de Lazer e Cultura Viva de Sobradinho (Sobradinho II)	
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo do Cortado	
Parque Corujas	
Parque de Uso Múltiplo Taguaparque	

- UCs criadas após o SNUC (Lei nº 9.985/00, regulamentada pelo Dec. 4.340/02):

Unidade de Conservação	Desconformidade
Parque Ecológico e Vivencial da Cachoeira do Pipiripau	
Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia (Pioneiros)	
Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho	
Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema	
Parque Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros	
Parque Irmão Afonso Hauss (santuário dos pássaros)	
Parque Ecológico do DER	
Parque Ecológico dos Pequizeiros	
Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho	
Parque Ecológico dos Jequitibás	
Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras	
Parque de Uso Múltiplo Burle Marx	
Parque Ecológico Ezechias Heringer	
Parque Ecológico São Sebastião	
Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	
Parque Ecológico Dom Bosco	
Parque Ecológico da Cachoeirinha	Poligonal, Área e Órgão Responsável
Parque Morro do Careca	
Reserva Biológica do Rio Descoberto	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Unidade de Conservação	Desconformidade
Parque de Uso Múltiplo Centro de Lazer e Cultura Viva de Sobradinho (Sobradinho II)	
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo do Cortado	
Parque Corujas	
Parque de Uso Múltiplo Taguaparque	
Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília	Poligonal e Órgão Responsável
Parque Ecológico Lauro Müller (Ecológico do Catetinho)	
Parque Ecológico Luiz Cruls	
Parque Recreativo Taguatinga	Área e Órgão Responsável
Parque Ecológico e Vivencial Estância	
Floresta Distrital dos Pinheiros (com parte do Cachoeirinha)	Poligonal e Área
ARIE Cruls	Órgão Responsável
Parque Bosque dos Tribunais	
Parque Bosque dos Constituintes	
Parque Enseada Norte	
Parque Urbano da Vila Estrutural	
Parque Lagoinha	
ARIE do Bosque	Área